

## A reversão da apatia

O semestre está se iniciando na grande maioria das unidades da USP que estiveram em greve. Mais uma vez os docentes honraram seu compromisso com a qualidade do ensino e encerraram seus cursos buscando superar os contratempos da interrupção de aulas pela greve. Além do reajuste recebido por todos, grevistas ou não, a grande conquista da greve foi o renascer da discussão e a reversão de uma apatia que parecia imutável.

Os estudantes estiveram em cena lutando por suas reivindicações, que incluem a contratação de professores e funcionários. O movimento estudantil parece estar se reorganizando com força e busca pensar a universidade para além do dia seguinte. Quanto aos docentes, estamos todos de volta ao ritmo usual, e muitas vezes alienador, com a sobrecarga de trabalho que tem caracterizado nossas atividades nos últimos anos. O desafio, agora, será manter no cotidiano as discussões iniciadas na greve. Como todos sabem, a despeito da vitória econômica e de um certo resgate da nossa dignidade profissional, permanecem na USP muitos problemas a serem enfrentados.

O Conselho de Representantes (CR) da Adusp iniciou as discussões sobre as atividades para esse semestre. Na semana de 28/8 a 1/9 teremos eleição de representantes em diversas unidades que ainda não têm conselheiros. As inscrições podem ser feitas na sede e subsedes até 24 de agosto. Em sua última reunião, o CR aprovou a participação da Adusp no *Plebiscito*



Daniel Garcia

Alunos da EAD durante a greve, que tirou a USP da letargia

sobre a Dívida Externa que será realizado de 2 a 6 de setembro. Está sendo preparado o 4º Congresso da USP, envolvendo professores, alunos e funcionários. Ele ocorrerá no primeiro semestre de 2001, mas já será lançado oficialmente em 20 de setembro, com um debate sobre concepções de universidade.

Nos institutos e faculdades, discussões serão agendadas buscando polemizar várias questões como a estrutura de poder, o compromisso

social, a atuação da CERT e a avaliação na USP. Como desdobramento da campanha salarial, estaremos acompanhando a discussão do orçamento da USP para 2001 no Conselho Universitário, além de estarmos atentos à arrecadação do ICMS e à execução orçamentária desse ano, que podem nos dar um novo reajuste em outubro.

Enquanto cidadãos, os docentes terão ainda neste semestre que escolher seus candidatos a prefeito e a vereador.

Pautada pelo seu Conselho Editorial, a *Revista Adusp* publicará no seu próximo número (previsto para meados de setembro) matéria sobre pesquisas de professores da USP com temas de interesse da cidade de São Paulo. Os candidatos a prefeito estão sendo convidados a comentar e expor suas opiniões sobre os trabalhos desenvolvidos e isto será uma referência a mais para auxiliar na escolha do seu candidato.

Estaremos, ainda, acompanhando as lutas sociais no país. Nos últimos meses intensificou-se a pressão do governo FHC sobre o movimento social organizado, buscando desmoralizá-lo ou intimidá-lo, pela aplicação rigorosa de leis que, aliás, parecem não valer para os mais abastados. A diretoria da Adusp reafirma seu compromisso de luta pela cidadania plena em nosso país, incluindo aí a educação e os serviços públicos de qualidade para todos.

## Adusp junta-se à luta contra prisões políticas no Brasil

A condenação de seis trabalhadores e militantes do MST, por participarem em novembro último de uma manifestação contra pedágios na rodovia Castelo Branco, caracteriza a persistência de prisões políticas no Brasil.

Mais de cem pessoas foram detidas, acusadas da destruição de cabines de pedágio, mas foram quase todos liberados, exceção feita a seis militantes do MST: Edmar dos Santos, Rosalino de Oliveira, Elvis Ferreira, Odair de Rosa e Valquimar Fernandes, condenados a oi-

to anos e dez meses de prisão, e Benedito Cardoso, condenado a onze anos.

No processo, além da argumentação ideológica da juíza de Boituva, foram cometidas várias irregularidades. As testemunhas, por exemplo, não reconheceram nenhum dos acusados. A condenação revela motivação antidemocrática.

Os seis trabalhadores vinham sendo mantidos em quatro diferentes presídios e expostos à violência carcerária: um deles, obrigado a manter relações sexuais com outro prisioneiro,

pode ter sido contaminado por HIV.

Por tudo isso, a Adusp decidiu participar do Comitê em Defesa da Democracia, junto à OAB, UNE, DCE-USP, CNBB e outras entidades. Nosso representante é o professor José Moura, do Instituto de Psicologia. O Comitê formou-se para organizar a luta contra prisões políticas no Brasil, como as de 11 de agosto em Osasco, quando foram presos, na desocupação de um prédio, dez sem-teto e o estudante Almir Pepato (da USP), só libertados seis dias depois.

# Debates “aquecem” Plebiscito da Dívida

**B**uscando suscitar uma ampla discussão sobre a dívida externa e suas conseqüências para o Brasil e os países pobres, a *Campanha da Dívida* irá realizar diversos debates na USP durante o mês de agosto. Desde o lançamento na FAU, em 1º de agosto, estão ocorrendo diversos eventos na FEA, São Francisco, ECA e IF, sempre às 18 horas.

Além dos debates, que contam com professores da Universidade de São Paulo e outros importantes nomes, os interessados poderão também conhecer o trabalho de Sebastião Salgado em sua exposição “Êxodos”.

O final da campanha será marcado por um Plebiscito Nacional Sobre a Dívida Externa, entre os dias 2 e 7 de setembro, no qual espera-se que o Brasil deixe clara sua posição de repúdio à dívida.

No plebiscito, a população responderá se deseja que o Brasil continue pagando a dívida interna e externa nas atuais condições (ignorando inclusive a Constituição de 1988, que prevê uma auditoria sobre o assunto) e se o governo brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI.

## 21/8, segunda-feira

Lançamento do “Semanário” FEA em Dívida, no auditório FEA-5

Inauguração da exposição de Sebastião Salgado

Debate: *Fim do Modelo de Substituição de Importações: Qual o Novo Projeto?* – Delfin Netto, Maria Conceição Tavares, Paul Singer e Plínio Arruda Jr.

## 22/8, terça-feira

Debate: *Dívida e Agricultura* – Denisard Alves e José Juliano C. Filho, no FEA-5

## 23/8, quarta-feira

*Dívida e Plano Real* – Chico de Oliveira, João Sayad e Joaquim Elói de Toledo, no FEA-5

## 24/8, quinta-feira

*Geopolítica da Dívida: dívidas e dependências* – Leda Paulani, no FEA-5

## 25/8, sexta-feira

*A Midificação da Economia* – Bernardo Kucinski, Jair Borin e José Arbex Jr., na ECA

## 28/8, segunda-feira

Evento: *Julgamento da Dívida Externa* – José Dirceu e Rafael Pinto, na Faculdade de Direito

Exposição fotográfica de Sebastião Salgado

## 29/8, terça-feira

Debate: *A Legalidade e a Legitimidade da Dívida* – Pe. Luís Bassegio, Plínio de Arruda Sampaio e Raimundo Pereira, na OAB

## 30/8, quarta-feira

*Dívida e Pesquisa* – Ivan Valente, no IF

## 31/8, quinta-feira

*Dívida e Privatização do Todo Público* – Fernando Haddad, Luís Eduardo Greenhalg e Valter Pomar, na FFLCH

## 2/9 a 7/9, sábado a quinta-feira

*Plebiscito Nacional da Dívida Externa*

## A participação da sua unidade faz diferença! Eleja um representante para o CR

**O** Conselho de Representantes (CR) da Adusp, junto com a Assembléia Geral e Diretoria, é responsável pelas deliberações e atividades da associação. O CR se reúne mensalmente para discutir temas de interesse da universidade e da sociedade e deliberar sobre ações da Adusp, tendo os conselheiros a importante função de estabelecer o elo entre os docentes e a entidade. Assim, a representatividade da Adusp e sua possibilidade de atuação dependem fortemente do vigor do CR.

As últimas eleições para o Conselho ocorreram em maio deste ano e foram eleitos representantes de muitas unidades, o que fortaleceu o CR e portanto a organização sindical. Com o objetivo de que todas as unidades da USP estejam representadas na Adusp, estão sendo convocadas novas eleições no período de 28 de agosto a 1 de setembro. As inscrições de candidatos deverão ser efetuadas até as 18 horas do dia 24 de agosto de 2000 (veja edital no site da Adusp).

Deverão eleger representantes as seguintes unidades:

Escola de Comunicações e Artes, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Faculdade de Ciências Farmacêuticas (suplente), Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia e Administração, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (titular), Faculdade de Odontologia, Faculdade de Odontologia de Baurú, Faculdade de Odon-

tologia de Ribeirão Preto, Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (suplente), Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos, Instituto de Estudos Brasileiros, Instituto de Física de São Carlos, Instituto de Química de São Carlos, Museu de Arte Contemporânea, Museu de Zoologia, Museu Paulista.

Se a sua unidade ainda não tem representante na Adusp, participe da eleição! Você faz diferença!

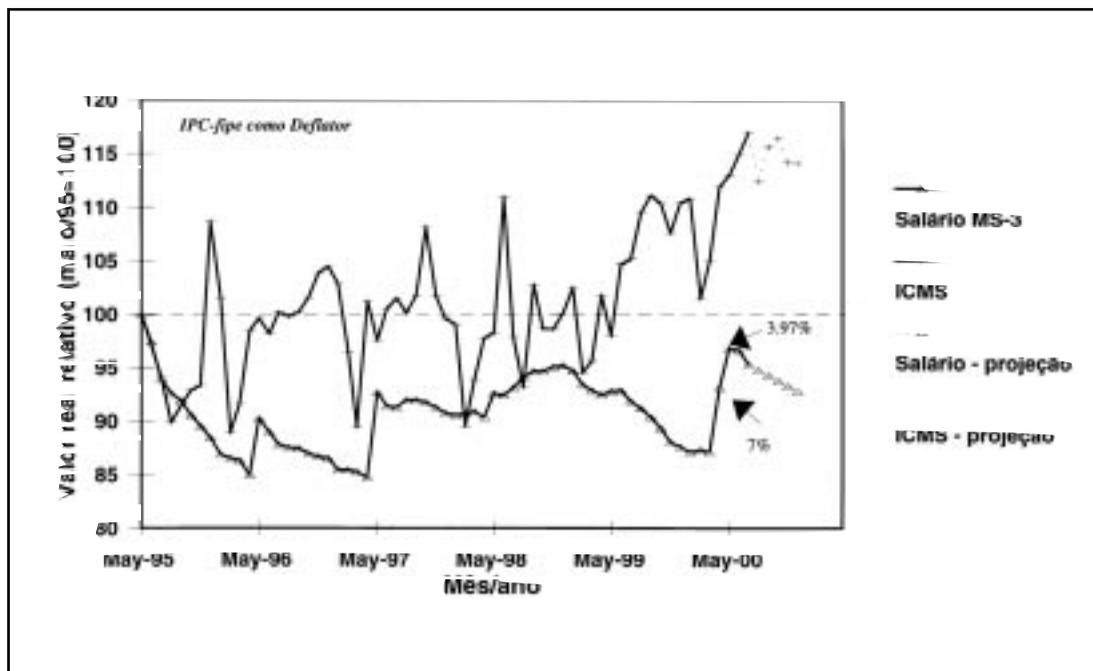
# Consolida-se o crescimento da arrecadação

## É necessário “ajudar” a Reitoria a gastar o superávit

**A**cumulados quatro meses de arrecadação do ICMS, desde abril de 2000, as estimativas que fizemos então coincidem dentro de 1,4% com aquilo que foi apurado. Consolida-se assim, mês a mês, nossa previsão de que as universidades teriam a melhor situação financeira dos últimos dez anos. Contrariamente a isso nossa remuneração permanece baixa (veja o Gráfico).

No âmbito salarial, portanto, confirma-se aquilo que havíamos dito à época da greve: há disponibilidade para um reajuste significativamente maior do que aquele que acabamos aceitando para não perturbar ainda mais nossas atividades acadêmicas. Cabe, assim, cobrar das reitorias uma resposta a altura da consolidação de nossas previsões.

Mas é importante também estarmos atentos a outro particular. Há uma maior disponibilidade de recursos a serem gastos com outros custeio e capital (OCC), previstos inicial-



Mesmo com as conquistas da greve, salários não recuperaram o poder aquisitivo de maio de 1995

mente como 12% do orçamento. E esse crescimento não é apenas aquele do ICMS.

Na USP, por exemplo, estava previsto um aporte da arrecadação estadual no valor de R\$1024 milhões (12% = R\$123 milhões) e agora eles deverão atingir cerca de R\$1111 milhões (sem

Kandir atrasado). Descontados o que estimamos para a folha de pagamento (R\$878 milhões) e os precatórios orçados (R\$32 milhões) restam R\$201 milhões. Ou seja, algo 63% acima daqueles R\$123 milhões que estava previsto para esta parcela de OCC no orçamento inicial da universidade!

É hora, portanto, de nos preocuparmos em dar uma destinação democrática a esse recurso. De outra forma as portas estão abertas para o clientelismo, às vésperas da escolha de um novo reitor, e para a implantação de projetos de caráter empresarial como aqueles das premiações.

## A reunião da Comissão de Acompanhamento do ICMS

No dia 7/8, às 15 horas, encontraram-se representantes do Fórum das Seis e das reitorias para a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do ICMS, fruto das negociações durante a greve. As principais providências acertadas, de comum acordo, foram as seguintes:

1. As próximas reuniões estão agendadas para 11/9, 6/10, 8/11 e 7/12, sempre às 15 horas, no campus da USP;
2. Serão feitas atas sumárias das reuniões;
3. As contas para o reajuste de outubro serão feitas utilizando os números consolidados do ICMS;
4. As reitorias prestarão esclarecimentos sobre variações das folhas de pagamento;
5. Serão incluídas tabelas adicionais dos ganhos financeiros sobre verbas próprias;
6. O Fórum enviou aos reitores uma consulta sobre a possibilidade de revisão da fórmula de outubro (passar o coeficiente 0,8 para 1) face à evolução favorável do ICMS (como previsto pelo Fórum).

## IV Congresso tem plenária preparatória no próximo dia 1º

**A** Comissão Organizadora do IV Congresso, que conta com representantes do DCE, Sintusp e Adusp, tem-se reunido com regularidade pelo menos quinzenal. A presença assídua de mais de uma dezena de pessoas em todas as reuniões é um prognóstico positivo. Na quinta reunião, ocorrida no dia 16 de agosto, foi apreciada a proposta de textos para o primeiro número do jornal do Congresso, de 12 páginas, cuja circulação está prevista para esta semana, com tiragem de 30.000 exemplares. Fixaram-

se também as regras do concurso que selecionará o logotipo do evento.

A abertura dos trabalhos do IV Congresso, que se desenvolverá, de fato, no primeiro semestre de 2001, ocorrerá no dia 20 de setembro, no Anfiteatro Carmargo Guarnieri, inaugurando um ciclo de debates, seminários e outras atividades preparatórias. Antes mesmo, no dia 1º de setembro, a partir das 14h, está marcada uma discussão, aberta, sobre os objetivos do IV Congresso, no Anfiteatro Freitas Nobre, na ECA

# CO poderá reverter condenação no caso Zinsly

O Conselho Universitário (CO) está prestes a fazer o julgamento definitivo do caso do professor João Rubens Zinsly, da Esalq. O professor Zinsly foi considerado culpado pelo CO e demitido pelo reitor em 1998, acusado de roubo de gado, e reintegrado em 1999, em caráter provisório. Em uma de suas próximas reuniões, o CO terá a chance de reverter a condenação, fazendo justiça e pondo um ponto final em um longo processo.

O mote da condenação do professor pelo CO foi a acusação de que o professor teria roubado ou desviado 1.225 cabeças de boi, sem que isso fosse claramente caracterizado. Nem havia como, pois as "1.225 cabeças de boi" inicialmente apareceram no processo como "1.225 leitões". Parte da denúncia original era forjada, como se constatou depois: o funcionário que a formulou, João Silva, escreveu carta dizendo ter sido pressionado a fazer declarações contra Zinsly.

Zinsly ingressou em 1963 no Instituto de Genética, que mais tarde seria incorporado à USP. Quando foi demitido, exercia a função de professor associado do Departamento de Genética, conduzindo experimentos de melhoramento de variedades de milho na Estação Anhembi. Exposto à execração pública, chamado de "ladrão de gado" pela **Folha de S. Paulo**, o professor ficou mais de um ano sem receber e enfrentou sérias dificuldades financeiras.

## Estação Anhembi

A Estação Anhembi, em torno da qual giram as acusações assacadas contra o professor, era uma área de pesquisa cedida em comodato pela CESP e constituída por quatro glebas descontínuas, que totalizam cerca de 300 hectares. Zinsly coordenou a implantação da Estação entre 1975 e 1983, quando deixou a coordena-

ção, apresentando relatório.

Como pesquisador continuou utilizando a Estação desde então e isto acabou por melhorar a qualidade da terra, valorizando-a como área de plantio.

Estas circunstâncias levavam a um conflito entre um grupo de professores e o professor Zinsly pela utilização do espaço para a realização de experimentos de melhoramento genético de milho e de outras culturas.

Como decorrência desse atrito, o então chefe do Departamento de Genética instaurou, em maio de 1993, uma sindicância com o objetivo de apurar irregularidades supostamente cometidas na Estação Anhembi.

Zinsly foi acusado de não prestar contas, à USP, da venda de produtos animais e vegetais da Estação Anhembi; de remarcar gado; e de usar indevidamente bens públicos. Nenhuma dessas acusações foi comprovada. Diversas peças do processo eram apócrifas. No entanto, a sindicância concluiu pela existência de irregularidades e, em janeiro de 1994, foi instaurado um processo administrativo contra Zinsly e os funcionários José Ré, Carlos Baltazar, Antonio Baltazar e Francisco Ribeiro.

O processo administrativo só foi encerrado em abril de 1996, concluindo apenas pela "presunção de lesividade" ao patrimônio da USP, em decorrência de "atuação e omissão" do professor.

Os elementos de culpa reunidos contra o professor eram tão disparatados que a Congregação da Esalq decidiu, em agosto de 1996, absolver o docente. Aparentemente o caso estava encerrado.

## O processo continua

No entanto, em um movimento irregular diante da resolução clara e soberana da Congregação, o diretor da unidade envia o processo à reitoria, abrindo um perigoso precedente de desrespeito à

autonomia dos colegiados. A partir daí a Consultoria Jurídica da USP (CJ) pediu à Congregação que "fundamentasse" sua decisão. A Congregação, então, reafirmou seu entendimento, aprovando documento (elaborado por uma comissão formada com a finalidade de fundamentar a decisão anterior)

que rejeitou uma vez mais o parecer da Comissão Processante e manteve a absolvição de Zinsly. O processo, entretanto, continua sua tramitação e em maio de 1997 vai à CLR, a qual por sua vez acata as conclusões da Comissão Processante e, em março de 1998, remete o caso ao Conselho Universitário, recomendando a demissão de Zinsly.

## Sigilo e cerceamento

Nessa etapa de tramitação do processo, dá-se um fato de suma gravidade: o professor e os funcionários acusados foram cerceados do mais elementar direito de defesa. Não foram sequer avisados de que o processo continuava em andamento. Só na véspera é que Zinsly soube do julgamento no CO.

Assim, em 17 de março de 1998, sem que os réus tivessem podido defender-se, o CO julga o caso e decide encaminhar ao reitor pedido de demissão do professor e dos funcionários envolvidos, um dos quais, José Ré, teve sua aposentadoria revertida.

## Reintegração

Ainda em março de 1998, a diretoria da Adusp foi procurada pelo professor Zinsly e por colegas da Esalq informados com a decisão do CO. Como associado, ele passa a ser orientado pela assessoria jurídica da Adusp. Dada a complexidade do caso, uma comissão auxiliar da diretoria foi formada pelos professores Daciberg Gonçalves, Marcos



Professor João Rubens Zinsly

Magalhães e Roberto Ramos. No início de setembro, atendendo recomendação dessa comissão, que estudou cuidadosamente o processo, a diretoria da Adusp decide engajar-se na defesa do professor.

Em agosto de 1998, a Congregação da Esalq envia representação ao reitor solicitando a reversão da decisão do CO e a conseqüente readmissão de todos os punidos.

Os esforços em defesa de Zinsly, oriundos da Congregação da Esalq e da Adusp, resultaram na reavaliação do caso pelo CO, em 23 de março de 1999. O CO retificou parcialmente sua decisão anterior: a punição foi suspensa e foram reintegrados ao cargo o professor e os funcionários, mediante caução. A suspensão terá efeito até o julgamento, pelo órgão, do relatório final de uma Comissão Processante criada na mesma reunião e encarregada de deslindar os meandros do processo. O trabalho dessa comissão durou vários meses e foram ouvidas diversas testemunhas.

Espera-se, agora que o caso está próximo de seu desfecho, que o CO dê continuidade às suas decisões anteriores e reconheça os erros cometidos neste processo. "Espera-se, enfim, que a justiça prevaleça", afirma o advogado Fernando Leister de Barros, que vem atuando no caso com as advogadas Lilian Ribeiro e Lara Lorena.

*Leia também o Informativo 38 no site da Adusp ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)).*